



**SICOOB
COOPJUSTIÇA**

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

30/06/2021

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do semestre de 2021 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas Estadual e Demais Órgãos Públicos Municipais, Estaduais e Federais no Estado do Rio de Janeiro Ltda. - SICOOB COOPJUSTIÇA, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB COOPJUSTIÇA completou 24 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No semestre de 2021, o SICOOB COOPJUSTIÇA obteve um resultado de R\$ 4.768.648,35 antes das destinações estatutárias representando um retorno anual sobre o patrimônio líquido de 6,17%.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira somaram R\$ 46.249.199,85. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 146.924.517,00.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	146.924.517,00	100%
--------------------	----------------	------

Os dez maiores devedores representavam na data-base de 30/06/2021 o percentual de 2,54% da carteira, no montante de R\$ 3.727.478,46.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 103.598.685,25, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 8,89%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	19.328.353,13	18,66%
Depósitos a prazo	82.270.332,13	81,34%

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 24,21% da captação, no montante de R\$ 24.738.809,53.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB COOPJUSTIÇA era de R\$ 74.461.383,08. O quadro de associados era composto por 6.452 cooperados, havendo um decréscimo de 0,43% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPJUSTIÇA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL RIO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 3 anos, o conselho fiscal tem função complementar à do conselho de administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPJUSTIÇA aderiram por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No semestre de 2021, a ouvidoria do SICOOB COOPJUSTIÇA registrou 38 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 38p reclamações, 24 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Rio de Janeiro - RJ, 12 de agosto de 2021.

IVENIA DA SILVA
Diretor Presidente

RAFAEL MARQUES DE ALMEIDA BIET
Diretor Administrativo

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA.

SICOOB COOPJUSTIÇA
CNPJ: 02.000.895/0001-90
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		198.759.832,73	181.439.990,95
DISPONIBILIDADES	4	481.878,80	451.935,61
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		193.237.631,02	175.749.077,70
Relações Interfinanceiras		46.249.199,85	42.604.226,39
Centralização Financeira	4	46.249.199,85	42.604.226,39
Operações de Crédito	5	146.924.517,00	133.088.467,06
Outros Ativos Financeiros	6	63.914,17	56.384,25
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(1.742.325,94)	(1.363.315,64)
(-) Operações de Crédito	5	(1.739.856,38)	(1.354.120,28)
(-) Outras		(2.469,56)	(9.195,36)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	20.512,52	17.061,16
OUTROS ATIVOS	8	753.254,68	653.163,89
INVESTIMENTOS	9	5.720.584,20	5.628.347,19
IMOBILIZADO DE USO	10	2.028.475,83	2.001.827,18
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	10	(1.740.178,38)	(1.698.106,14)
TOTAL DO ATIVO		198.759.832,73	181.439.990,95
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		198.759.832,73	181.439.990,95
DEPÓSITOS	11	103.598.685,25	95.141.574,12
Depósitos à Vista		19.328.353,13	18.247.329,50
Depósitos Sob Aviso		67.485,02	94.313,14
Depósitos à Prazo		84.202.847,10	76.799.931,48
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.826.011,15	56.513,13
Obrigações por Empréstimos e Repasses	12	7.684.137,45	-
Outros Passivos Financeiros	13	141.873,70	56.513,13
PROVISÕES	15	41.124,00	60.987,73
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	16	120.242,59	170.666,84
OUTROS PASSIVOS	17	9.874.262,90	9.133.840,73
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	77.299.506,84	76.876.408,40
CAPITAL SOCIAL		64.558.912,13	60.523.686,41
RESERVAS DE SOBRAS		7.971.946,36	7.825.415,19
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		4.768.648,35	8.527.306,80
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		198.759.832,73	181.439.990,95

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA.**

**SICOOB COOPJUSTIÇA
CNPJ: 02.000.895/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO
(Em Reais)**

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		11.734.691,49	11.654.967,14
Operações de Crédito	20	11.275.715,07	11.040.247,52
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		458.976,42	614.719,62
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21	(1.491.734,75)	(2.063.474,24)
Operações de Captação no Mercado		(1.028.394,15)	(1.734.284,35)
Operações de Empréstimos e Repasses		(41.242,90)	-
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(422.097,70)	(329.189,89)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.242.956,74	9.591.492,90
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(4.701.436,93)	(3.904.115,73)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	22	397.577,39	406.972,77
Rendas de Tarifas	23	110.415,82	131.135,38
Dispêndios e Despesas de Pessoal	24	(2.400.432,92)	(2.470.268,07)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	25	(2.138.976,19)	(2.095.932,36)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(43.774,41)	(55.170,55)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	26	409.231,31	691.132,32
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	27	(1.035.477,93)	(511.985,22)
PROVISÕES	28	19.863,73	9.808,12
Provisões/Reversões para Contingências		25.000,00	(1.163,84)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(5.136,27)	10.971,96
RESULTADO OPERACIONAL		5.561.383,54	5.697.185,29
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	29	-	255,00
Ganhos de Capital		-	255,00
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.561.383,54	5.697.440,29
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	(3.164,18)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		-	(1.582,09)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-	(1.582,09)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		5.561.383,54	5.694.276,11
JUROS AO CAPITAL		(792.735,19)	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		4.768.648,35	5.694.276,11

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA.
SICOB COOPJUSTIÇA
CNPJ: 02.000.895/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		5.561.383,54	5.694.276,11
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		5.561.383,54	5.694.276,11

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA.
SICOOB COOPJUSTIÇA
CNPJ: 02.000.895/0001-90
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

	Notas	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		58.356.152,90	(1.264,70)	5.965.189,71	5.120.188,33	69.440.266,24
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		2.067.427,36	(92.830,58)	-	-	1.974.596,78
Por Devolução (-)		(1.745.525,70)	-	-	-	(1.745.525,70)
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	5.694.276,11	5.694.276,11
Saldos em 30/06/2020		58.678.054,56	(94.095,28)	5.965.189,71	10.814.464,44	75.363.613,43
Saldos em 31/12/2020		60.525.124,81	(1.438,40)	7.825.415,19	8.527.306,80	76.876.408,40
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	146.531,17	(146.531,17)	-
Distribuição de sobras para associados		8.205.112,97	-	-	(8.380.775,63)	(175.662,66)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		2.036.493,04	268,00	-	-	2.036.761,04
Por Devolução (-)		(6.206.648,29)	-	-	-	(6.206.648,29)
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	5.561.383,54	5.561.383,54
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:		-	-	-	-	-
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	(792.735,19)	(792.735,19)
Saldos em 30/06/2021		64.560.082,53	(1.170,40)	7.971.946,36	4.768.648,35	77.299.506,84

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA.

SICOOB COOPJUSTIÇA

CNPJ: 02.000.895/0001-90

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		5.561.383,54	5.697.440,29
Distribuição de Sobras e Dividendos		(9.796,42)	(3.622,40)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		422.097,70	329.189,89
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		5.136,27	(10.971,96)
Provisões/Reversões para Contingências		(25.000,00)	1.163,84
Atualização de Depósitos em Garantia		(23,04)	-
Depreciações e Amortizações		42.072,24	66.323,69
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		5.995.870,29	6.079.523,35
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito		(13.872.466,48)	(5.443.249,90)
Outros Ativos Financeiros		(14.177,74)	(73.705,22)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(3.451,36)	(5.104,40)
Outros Ativos		(100.090,79)	(88.108,62)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista		1.081.023,63	(279.282,70)
Depósitos sob Aviso		(26.828,12)	260,50
Depósitos à Prazo		7.402.915,62	3.143.375,82
Obrigações por Empréstimos e Repasses		7.684.137,45	-
Outros Passivos Financeiros		85.360,57	(10.304,97)
Provisões		-	(1.163,84)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(50.424,25)	(23.565,19)
Outros Passivos		(52.313,02)	773.103,33
Imposto de Renda		-	(1.582,09)
Contribuição Social		-	(1.582,09)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		8.129.555,80	4.068.613,98
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos		1.367,53	3.622,40
Distribuição de Sobras da Central		8.428,89	-
Aquisição de Intangível		-	(15.550,30)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(26.648,65)	(38.868,11)
Aquisição de Investimentos		(92.237,01)	(102.804,16)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(109.089,24)	(153.600,17)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		2.036.761,04	1.974.596,78
Devolução de Capital à Cooperados		(6.206.648,29)	(1.745.525,70)
Distribuição de sobras para associados		(175.662,66)	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		(4.345.549,91)	229.071,08
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.674.916,65	4.144.084,89
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		43.056.162,00	39.154.940,22
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		46.731.078,65	43.299.025,11
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		3.674.916,65	4.144.084,89

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA. - SICOOB COOPJUSTIÇA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA. - SICOOB COOPJUSTIÇA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 21/01/1997, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Em 16/07/2020 houve alteração da razão social da Cooperativa, aprovada por Assembleia Geral, e até essa data era denominada COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DOS SERVIDORES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SICOOB COOPJUSTIÇA.

O SICOOB COOPJUSTIÇA, sediado à Av. Nilo Peçanha, 12 5º e 10º Andar, possui 7 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CABO FRIO - RJ, VOLTA REDONDA - RJ, NOVA FRIBURGO - RJ, NITERÓI - RJ, RIO DE JANEIRO - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, NOVA IGUAÇU - RJ.

O SICOOB COOPJUSTIÇA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 12/08/2021.p

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular n° 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA. - SICOOB COOPJUSTIÇA junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos

fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

- Adotou-se os protocolos de limpeza e as orientações dos órgãos de saúde, intensificando a higienização nos locais de contato das pessoas, como balcões, maçanetas e superfícies.

- Aos funcionários disponibilizamos mecanismos de proteção e higienização: álcool em gel, máscara descartável e máscara de proteção.

- Pensando na preservação da saúde de nossos cooperados disponibilizamos máscaras descartáveis e álcool em gel. E nas áreas de atendimento, foi feita a marcação de distanciamento no chão.

- Reforçamos a orientação aos nossos cooperados para a utilização das ferramentas remotas, App Sicoob, Sicoob Moob, Yoou, Sicoobcard, como medida de evitar o deslocamento do cooperado.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2021.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	481.878,80	451.935,61
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	46.249.199,85	42.604.226,39
TOTAL	46.731.078,65	43.056.162,00

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata e cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOOB CENTRAL RIO conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 30 de junho de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	30/06/2021	31/12/2021
Rendimentos da Centralização Financeira	458.976,42	1.861.179,47
TOTAL	458.976,42	1.861.179,47

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	22.529.670,61	124.366.323,47	146.895.994,08	22.063.148,01	110.990.372,26	133.053.520,27
Financiamentos	11.284,47	17.238,45	28.522,92	12.814,08	22.132,71	34.946,79

Total de Operações de Crédito	22.540.955,08	124.383.561,92	146.924.517,00	22.075.962,09	111.012.504,97	133.088.467,06
(-) Provisões para Operações de Crédito	(315.094,71)	(1.424.761,67)	(1.739.856,38)	(246.053,08)	(1.108.067,20)	(1.354.120,28)
TOTAL	22.225.860,37	122.958.800,25	145.184.660,62	21.829.909,01	109.904.437,77	131.734.346,78

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	33.003.981,50	-	33.003.981,50	-	27.467.861,76	-
A	0,5%	Normal	72.713.457,08	-	72.713.457,08	(363.567,29)	76.488.705,77	(382.443,53)
B	1%	Normal	24.146.725,05	-	24.146.725,05	(241.467,25)	19.611.452,39	(196.114,52)
B	1%	Vencidas	78,96	-	78,96	(0,79)	50.205,94	(502,06)
C	3%	Normal	14.795.066,91	26.965,78	14.822.032,69	(444.660,98)	7.066.236,37	(211.987,09)
C	3%	Vencidas	60.242,36	1.557,14	61.799,50	(1.853,99)	596.193,75	(17.885,81)
D	10%	Normal	931.652,59	-	931.652,59	(93.165,26)	915.808,50	(91.580,85)
D	10%	Vencidas	140.515,11	-	140.515,11	(14.051,51)	39.858,99	(3.985,90)
E	30%	Normal	319.141,48	-	319.141,48	(95.742,44)	127.002,20	(38.100,66)
E	30%	Vencidas	188.726,82	-	188.726,82	(56.618,05)	241.518,39	(72.455,52)
F	50%	Normal	109.468,41	-	109.468,41	(54.734,21)	77.676,12	(38.838,06)
F	50%	Vencidas	112.370,26	-	112.370,26	(56.185,13)	16.924,55	(8.462,28)
G	70%	Normal	185.918,64	-	185.918,64	(130.143,29)	195.650,93	(136.955,65)
G	70%	Vencidas	3.275,73	-	3.275,73	(2.293,01)	128.544,31	(89.981,26)
H	100%	Normal	13.694,72	-	13.694,72	(13.694,72)	16.215,16	(16.215,16)
H	100%	Vencidas	171.678,46	-	171.678,46	(171.678,46)	48.611,93	(48.611,93)
Total Normal			146.219.106,38	26.965,78	146.246.072,16	(1.437.175,44)	131.966.609,20	(1.112.235,52)
Total Vencidos			676.887,70	1.557,14	678.444,84	(302.680,94)	1.121.857,86	(241.884,76)
Total Geral			146.895.994,08	28.522,92	146.924.517,00	(1.739.856,38)	133.088.467,06	(1.354.120,28)
Provisões			(1.739.000,70)	(855,68)	(1.739.856,38)		(1.354.120,28)	
Total Líquido			145.156.993,38	27.667,24	145.184.660,62		131.734.346,78	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	6.954.763,07	15.574.907,54	124.366.323,47	146.895.994,08
Financiamentos	4.201,51	7.082,96	17.238,45	28.522,92
TOTAL	6.958.964,58	15.581.990,50	124.383.561,92	146.924.517,00

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	30/06/2021	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	4.090,91	-	4.090,91	-%
Pessoa Física	146.891.903,17	28.522,92	146.920.426,09	100%
TOTAL	146.895.994,08	28.522,92	146.924.517,00	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	(1.354.120,28)	(1.090.713,99)
Constituições/Reversões no período	(428.823,50)	(453.175,98)
Transferência para Prejuízo no período	43.087,40	189.769,69
Saldo Final	(1.739.856,38)	(1.354.120,28)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	441.363,44	0%	384.415,92	0%
10 Maiores Devedores	3.727.478,46	3%	3.455.941,07	3%
50 Maiores Devedores	14.112.847,68	10%	12.712.804,51	10%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	802.485,81	715.241,51

Valor das operações transferidas no período	43.087,40	189.769,69
Valor das operações recuperadas no período	(52.874,20)	(102.525,39)
Saldo Final	792.699,01	802.485,81

h) Operações renegociadas:

Em 30/06/2021 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 46.284.500,82, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	1.459,86	8.681,26
Rendas a Receber (b)	1.422,13	-
Títulos e Créditos a Receber (c)	59.452,14	47.702,99
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	1.580,04	-
Total de Outros Ativos	63.914,17	56.384,25
(-) Provisão para outros Créditos (e)	(2.469,56)	(9.195,36)
TOTAL	61.444,61	47.188,89

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas a Receber Convênios (R\$ 1.395,67) e outros (R\$ 26,46);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 3.019,30) e outros convênios (R\$ 56.432,84);

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para ações cíveis;

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(439,54)	-	(8.681,26)	-
Outros Créditos	(2.030,02)	-	(479,62)	(34,48)
TOTAL	(2.469,56)	-	(9.160,88)	(34,48)

Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E 30% Vencidas	1.459,86	1.459,86	(439,54)	-	-
H 100% Vencidas	-	-	-	8.681,26	(8.681,26)
Total Vencidos	1.459,86	1.459,86	(439,54)	8.681,26	(8.681,26)
Total Geral	1.459,86	1.459,86	(439,54)	8.681,26	(8.681,26)
Provisões	(439,54)	(439,54)		(8.681,26)	
Total Líquido	1.020,32	1.020,32		-	

OBS: não contempla provisão para inadimplência de convênio telefônico R\$ 2.030,02.

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Estão compostos em 30/06/2021:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	18.895,77	17.061,16
Imposto de Renda a Recuperar	1.616,75	-
TOTAL	20.512,52	17.061,16

8. Outros Ativos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais (a)	61.429,58	-
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2.444,51	62.915,73
Devedores Diversos – País (b)	571.728,28	564.250,84
Material em Estoque	840,00	1.106,00
Despesas Antecipadas (c)	116.812,31	24.891,32
TOTAL	753.254,68	653.163,89

(a) Em Adiantamentos e Antecipações Salariais estão registrados os saldos relativos a Adiantamento de 13º Salário (R\$ 59.065,94), Adiantamentos de férias (R\$ 2.329,17) e antecipação salarial (R\$ 34,47).

(b) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 739,53), Plano de Saúde a Receber (R\$ 765,02), Pendências a Regularizar – BANCO SICOOB (R\$ 63,50) e Empresa conta descontos em folha (R\$ 570.160,23);

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, processamento de dados e alvará de funcionamento.

9. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL RIO e ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito	5.670.674,05	5.579.804,65
Partic. em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	49.410,14	48.042,53
Outras Participações	500,01	500,01
TOTAL	5.720.584,20	5.628.347,19

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Terrenos - Reavaliações			
Edificações	4%	965.822,53	965.822,53
Edificações - Reavaliações			
Instalações	10%	23.217,00	23.217,00
Móveis e equipamentos de Uso	10%	411.097,29	396.398,16
Sistema de Processamento de Dados	20%	582.249,73	570.300,21
Sistema de Segurança	10%	46.089,28	46.089,28
Total de Imobilizado de Uso		2.028.475,83	2.001.827,18
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações		(965.822,53)	(965.822,53)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(21.864,35)	(21.653,51)
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(752.491,50)	(710.630,10)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(1.740.178,38)	(1.698.106,14)
TOTAL		288.297,45	303.721,04

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	19.328.353,13	-	18.247.329,50	-
Depósito Sob Aviso	67.485,02	-	94.313,14	-
Depósito a Prazo	84.202.847,10	-	76.007.028,17	792.903,31
TOTAL	103.598.685,25	-	94.348.670,81	792.903,31

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	7.183.712,38	7%	6.923.261,67	7%
10 Maiores Depositantes	24.738.809,53	24%	24.946.830,09	27%
50 Maiores Depositantes	47.025.189,06	46%	46.651.425,00	50%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.054,09)	(3.888,04)
Despesas de Depósitos a Prazo	(956.415,71)	(2.680.894,62)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(70.924,35)	(126.216,79)
TOTAL	(1.028.394,15)	(2.810.999,45)

12. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	1%	10/05/2023	7.684.137,45	-	-	-

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	30/06/2021	30/06/2020
Cooperativa Central	(41.242,90)	-
TOTAL	(41.242,90)	-

13. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.426,37	1.950,46
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	95,53	54.513,03
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	140.351,80	49,64
TOTAL	141.873,70	56.513,13

(a) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 140.119,15 e Operações com títulos e valores mobiliários (R\$ 232,65).

14. Instrumentos Financeiros Derivativos

O SICOOB COOPJUSTIÇA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30/06/2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Provisões

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	40.990,53	133,47	41.124,00	35.778,19	209,54	35.987,73
Provisão Para Contingências (b)	-	-	-	25.000,00	-	25.000,00
TOTAL	40.990,53	133,47	41.124,00	60.778,19	209,54	60.987,73

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	3.754.049,76	3.928.447,45

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB COOPJUSTIÇA, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda provável.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

16. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias classificadas no passivo, estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	12.899,57	4.935,94
Impostos e Contribuições sobre Salários	94.452,62	145.005,93
Outros	12.890,40	20.724,97
TOTAL	120.242,59	170.666,84

17. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
-----------	------------	------------

Sociais e Estatutárias (a)	5.967.706,11	5.201.934,55
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	3.630,40	18.734,62
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	468.606,71	386.693,29
Credores Diversos – País (c)	3.434.319,68	3.526.478,27
TOTAL	9.874.262,90	9.133.840,73

(a) Os saldos registrados em Sociais e Estatutárias referem-se:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Dividendos e Bonificações a Pagar	792.735,19	-
Resultado de Atos com Associados (i)	517.213,19	574.452,71
Gratificações e Participações a Pagar	39.970,96	-
Cotas de Capital a Pagar (ii)	4.617.786,77	4.627.481,84
TOTAL	5.967.706,11	5.201.934,55

(i) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 406.223,69), e Outras despesas Administrativas (R\$ 62.383,02);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar (R\$ 44.909,43), Pagamentos a processar (R\$ 3.267.175,17), Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$ 5.202,18), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 22.030,36), Valores a Liquidar-Parcelas Crédito Consignado (R\$ 8.692,74), Outros Credores Diversos – País (R\$ 76.659,10) e outros (R\$ 9.650,70).

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No primeiro semestre de 2021, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 35.225,72.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	64.558.912,13	60.523.686,41
Associados	6.452	6.480

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras, no percentual de 15%, definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. Em 30/06/2021 a Reserva Legal totalizava R\$ 7.971.946,36.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da

Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação ao capital social no valor de R\$ 8.205.112,97, ao capital a devolver aos associados R\$ 175.662,66 e pela destinação ao fundo de reserva no montante de R\$ 146.531,17, das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No semestre de 30 de junho de 2021 as sobras acumuladas totalizaram R\$ 4.768.648,35.

19. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic.

A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular Bacen nº 2.739/97.

20. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	2.471,82	3.760,86
Rendas de Empréstimos	11.207.550,30	10.983.688,33
Rendas de Financiamentos	4.521,87	4.924,26
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	8.296,88	-
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	52.874,20	47.874,07
TOTAL	11.275.715,07	11.040.247,52

21. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Captação	(1.028.394,15)	(1.734.284,35)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(41.242,90)	-
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	457.793,14	335.515,59
Reversões de Provisões para Outros Créditos	1.780,51	14.086,71
Provisões para Operações de Crédito	(879.945,78)	(617.885,12)
Provisões para Outros Créditos	(1.725,57)	(60.907,07)
TOTAL	(1.491.734,75)	(2.063.474,24)

22. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Cobrança	15.539,02	18.464,96
Rendas de Outros Serviços	382.038,37	388.507,81
TOTAL	397.577,39	406.981,77

23. Rendas de Tarifas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Serviços Prioritários - PF	108.317,60	126.457,90
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	-	34,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.098,22	4.643,48
TOTAL	110.415,82	131.135,38

24. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(17.115,70)	(21.394,13)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(356.338,19)	(304.831,51)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(324.539,71)	(656.613,11)

Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(563.800,05)	(391.481,14)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.104.106,14)	(983.675,70)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(2.424,00)	(2.737,53)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(32.109,13)	(109.534,95)
TOTAL	(2.400.432,92)	(2.470.268,07)

25. Outros Dispendios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(31.156,58)	(34.155,60)
Despesas de Aluguéis	(52.570,00)	(42.772,14)
Despesas de Comunicações	(103.515,59)	(86.049,99)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(26.757,28)	(10.157,53)
Despesas de Material	(30.100,67)	(32.384,72)
Despesas de Processamento de Dados	(188.738,50)	(175.431,83)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(259,90)	(7.811,92)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(15.552,00)	(24.109,20)
Despesas de Publicações	(480,00)	-
Despesas de Seguros	(10.388,75)	(9.083,79)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(244.259,42)	(247.536,95)
Despesas de Serviços de Terceiros	(97.257,42)	(92.617,92)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(59.722,80)	(59.265,48)
Despesas de Transporte	(22.199,21)	(9.533,68)
Despesas de Viagem no País	-	(43.832,09)
Despesas de Amortização	-	(1.763,57)
Despesas de Depreciação	(42.072,24)	(64.560,12)
Outras Despesas Administrativas	(261.291,54)	(223.807,22)
Emolumentos judiciais e cartorários	(5.094,66)	(1.535,67)
Contribuição a OCE	(85.093,02)	(71.401,08)
Rateio de despesas da Central	(801.756,93)	(804.121,56)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(60.709,68)	(54.000,30)
TOTAL	(2.138.976,19)	(2.095.932,36)

26. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	26.744,61	24.474,00
Dividendos	1.367,53	3.622,40
Deduções e abatimentos	14.418,01	-
Distribuição de sobras da central	8.428,89	-
Taxa de Administ. para funcionamento da cooperativa	182.311,41	-
Atualização depósitos judiciais	23,04	-
Outras rendas operacionais	2.674,33	427.581,11
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	173.263,49	235.454,81
TOTAL	409.231,31	691.132,32

27. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Descontos Concedidos	(142.046,62)	(105.560,08)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(344,40)	(12.855,70)
Contribuição ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(2.273,98)	(924,01)
Contribuição. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(355,74)	(73,16)
Dispendios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(300.145,37)	-
Outras Despesas e Dispendios Operacionais	(590.311,82)	(392.572,27)
TOTAL	(1.035.477,93)	(511.985,22)

28. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisões para Contingências	-	(1.163,84)
Reversões de Provisões para Contingências	25.000,00	-
Provisões para Garantias Prestadas	(24.651,18)	(15.227,74)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	19.514,91	26.199,70
TOTAL	19.863,73	9.808,12

29. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Ganhos de Capital	-	255,00
(-) Perdas de Capital	-	-
Resultado Líquido	-	255,00

30. Resultado Não Recorrente

Conforme normativo interno sobre resultados não recorrentes, no primeiro semestre de 2021 não houve registros referentes a resultado não recorrente.

31. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no primeiro semestre de 2021:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	17.329,41	0,0254%	2,00
TOTAL	17.329,41	0,0254%	2,00
Montante das Operações Passivas	3.185.902,03	2,5897%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2021:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	731,58	3,66	0,6459%
Empréstimos	282.484,77	1.266,50	0,1925%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	120.541,44	65,17%	0%
Depósitos a Prazo	4.171.661,52	495,03%	0,2390%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Empréstimos	1,3229%	71,66
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,2088%	13,07
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,3742%	134,71

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela

administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO SEMESTRE DE 30/06/2021	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Aplicações Financeiras	2,5897%

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	30/06/2021	31/12/2020
Coobrigações	102.983,57	-

e) No primeiro semestre de 2021 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO SEMESTRE DE 30/06/2021 (R\$)		
Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários - Conselho Fiscal	(17.115,70)	(21.394,13)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(356.338,19)	(304.831,51)

32. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, DO TRIBUNAL DE CONTAS ESTADUAL E DEMAIS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO LTDA. - SICOOB COOPJUSTIÇA - SICOOB COOPJUSTIÇA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO RIO DE JANEIRO LTDA - SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPJUSTIÇA responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RIO:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	46.249.199,85	41.164.796,70
Ativo - Investimentos	5.670.674,05	5.336.544,45
Total das Operações Ativas	51.919.873,90	46.501.341,15
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.684.137,45	-
Total das Operações Passivas	7.684.137,45	-

33. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

33.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

33.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

33.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

33.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

34. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020, os seguros contratados estão assim compostos:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
-----------	------------	------------

Patrimonial	5.605.000,00	5.225.000,00
Valores	370.000,00	260.000,00
Vida	2.348.072,32	-

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	74.461.383,08	74.140.447,96
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	135.416.477,34	124.511.119,38
Índice de basileia (mínimo 13%) - %	54,98%	59,54%
Imobilizado para cálculo do limite	288.797,46	304.221,05
Índice de imobilização (limite 50%) - %	0,38%	0,41%

RIO DE JANEIRO-RJ, 12 de agosto de 2021.

IVENIA DA SILVA
Diretor Presidente

RAFAEL MARQUES DE ALMEIDA BIET
Diretor Administrativo

CELMA CRISTINA SGORLON CAVALCANTE
Contadora CRC 064309/O-8